



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 031/2008
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e oito, às 09:30 h (nove horas e trinta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a ducentésima oitava reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros Sérgio Luiz Brum, como presidente, e Gilmar Cardozo dos Santos, como Secretário. Estavam presentes os conselheiros titulares Adelto Rohr, Adriana Nunes Paltian, Carlos Adolfo Bernd, César Marques Sarmento, Cláudio Meirelles Lago, Liége Mentz, Marcos Antônio Saraçol Pereira, Maria Luíza Zanotta Urbanetto, Maris Regina Vieira Honaiser e Omar Azambuja Condotta e os conselheiros suplentes Zaira Felipe Soutinho, Jusselia Bengert Lima, Carlos Alberto Neis, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, João Carlos Prates, Marisa Ney Santos de Pinho, Antônio da Motta Gonçalves e Cláudio Alano Pereira. Estavam presentes também o Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti, o Diretor Administrativo-Financeiro, Alex Fernando da Trindade e a chefe da Unidade Financeira, Rosane Sulzbach. Iniciada a reunião o secretário Gilmar procede à leitura da Ata n.º 30. O presidente Sérgio Brum manifesta que não constaram na íntegra as manifestações do Diretor-Geral de que o PREVIMPA tem uma gestão paritária, quando explicou sobre o grupo de trabalho que está tratando da inscrição da dívida da Administração Municipal com o PREVIMPA. O Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti explica que este grupo de trabalho está verificando as possíveis repercussões jurídicas a fim da inscrição em dívida ativa. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade expõe que não constou em ata a forma metafórica como o Diretor-Geral se referiu naquela sessão, como “cada um no seu quadrado”. Após as considerações a Ata foi aprovada. Em seguida a Ata n.º 23/08, cuja aprovação havia ficado suspensa para confirmação das manifestações da conselheira Adriana, também foi aprovada. Passando para os informes a conselheira Maris convida os conselheiros para o ato público que ocorrerá em 11/09, às 10h, no Paço Municipal. O Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti informa que na sessão anterior fez menção que a verba para aquisição da sede se referia a uma receita extra-orçamentária, e corrige que na verdade se trata de superávit orçamentário. O conselheiro Omar informa que a Câmara Municipal de Porto Alegre entrou em processo de discussão preliminar do projeto, de autoria do vereador Carlos Todeschini, que institui Comissão Bipartite Paritária Permanente de Segurança e Saúde no Trabalho (CBPPSST). A referida comissão terá caráter consultivo, propositivo, deliberativo e fiscalizador em relação aos servidores do Município. Manifesta que de acordo com o disposto no artigo n.º 122 da L.C. 478/02 o PREVIMPA teria que participar da comissão. Entende que a Autarquia deve pleitear esta participação respeitando o dispositivo legal e tendo em vista o elevado número de aposentadorias por invalidez, sem ser feito o estudo do nexos causal da doença incapacitante. O presidente Sérgio Brum entende que o Conselho de Administração pode aprovar esta recomendação à Direção do PREVIMPA. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade informa que a ATEMPA realizará o Seminário Sindical – O trabalhador em Educação frente à reconfiguração do Estado e as novas políticas educacionais – nos dias 12 e 13/09 e que estão entre os palestrantes os Diretores Previdenciário e Administrativo-Financeiro do PREVIMPA. Passando para o primeiro ponto de pauta o Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade preliminarmente manifesta que no relatório da Proposta Orçamentária /2009, está sendo feita referência aos Ofícios enviados pela Direção do PREVIMPA e que não consta cópia da documentação nem as respostas aos ofícios. A conselheira Liége fornece cópia da documentação que foi encaminhada ao Conselho de

51 Administração e analisada pela comissão. Em seguida o conselheiro César explica que a comissão
52 alterou a tabela constante no relatório a fim de suprir as dúvidas apontadas na sessão anterior.
53 Informa que foi alocada em rubrica separada a verba para pagamento de sentenças judiciais, foi
54 detalhado que Outros Serviços de terceiros – pessoa física se refere à locação de um dos andares da
55 sede, pagamentos de jetons e bolsa-auxílio dos estagiários. Explica que também foi revisada a
56 redação do terceiro parágrafo, a fim de contemplar as sugestões do colegiado. Aberto espaço para
57 manifestações, o presidente Sérgio Brum pergunta se foi previsto verba para pagamento da GAMES
58 na rubrica de despesas em pessoal. A conselheira Liége explica que não é feita essa discriminação o
59 valor da rubrica é “fechado” para despesas em pessoal. O conselheiro César complementa que é
60 previsto o crescimento da folha de pagamentos de acordo com o IPCA. O conselheiro Omar
61 manifesta que tem ressalvas para aprovação do relatório por não ter sido incluído o valor total para
62 aquisição da sede. Manifesta que foi apensado cópia do ofício n.º 308 da Direção-Geral solicitando
63 o valor total, mas ainda não há resposta. O conselheiro César explica que está sendo feita referência
64 para o orçamento de 2008, que está em vigência, pois há intenção de adquirir a sede ainda neste
65 exercício. Entende que, vencendo esta etapa da compra da sede, estaria superada a questão do
66 registro no orçamento de 2009. O conselheiro Omar manifesta que o imóvel em estudo custaria em
67 torno de R\$ 2.500.000,00, perguntando se o restante da verba para aquisição da sede não teria que
68 estar previsto no orçamento de 2009, a fim de garantir que o recurso seja repassado ao PREVIMPA.
69 O conselheiro César explica que ainda não se sabe quanto será o valor restante, pois na presente
70 data ainda não foi adquirida a sede. Ratifica que já foi incluída a rubrica para investimentos em
71 imóvel a fim de atender as despesas para adaptação à nova sede, que poderá ter o valor
72 suplementado. A conselheira Liége esclarece que a proposta orçamentária é uma previsão do que
73 ocorrerá no exercício seguinte, exemplifica que para a concessão da GRFPO, aos inativos e
74 pensionistas, foi feita suplementação na rubrica para despesas com pagamento de benefícios. O
75 conselheiro César explica que há um contrato regularizando questão da verba decorrente da venda
76 da folha de pagamentos, destinada à compra da sede do PREVIMPA. A conselheira Liége explica
77 que já está gravado o superávit orçamentário do exercício de 2007, possibilitando as
78 suplementações solicitadas. Alguns conselheiros se manifestam e o presidente Sérgio Brum solicita
79 que seja respeitada a ordem das inscrições. Em seguida o conselheiro Marcos Saraçol relata que,
80 enquanto participante da comissão que analisou a proposta, fez um grande esforço para
81 compreender a dinâmica do orçamento, bem como os apontamentos deste colegiado na sessão
82 anterior. Explica que a comissão procurou atender às solicitações detalhando o relatório. Relata que
83 esteve se informando com colegas que atuam na área, pois é difícil para quem não atua na área
84 compreender como funciona o orçamento. Ilustra que o orçamento pode ser comparado ao projeto
85 de uma obra, tem de ser verificado tudo que se pretende construir, constituindo as chamadas
86 esperas. Relata que profissionais da área corroboraram que deva se deixar aberta a rubrica para
87 despesas com adaptação à nova sede, pois o complicado seria se não houvesse essa previsão.
88 Quanto aos valores, expõe que é praxe haver suplementações, há uma série de condicionantes para
89 isso. Com relação à insegurança de que o valor para compra da sede não seja repassado ao
90 PREVIMPA, considera que a questão está no cumprimento do contrato, se os próximos gestores
91 honrarão o contrato firmado. Mesmo que o valor conste no orçamento também não haverá garantia,
92 pois os recursos também podem ser contingenciados; esta questão ainda dependerá da vontade
93 política dos gestores. Conclui que a peça está bem construída e há condições para aprovação. O
94 Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade informa que o ofício 307/08 da Direção-Geral
95 do PREVIMPA, datado de 07.08.08, solicita complementação de R\$ 2.000.000,00 sendo R\$
96 80.000,00 relativos a despesas com locação de dois veículos para utilização pelo Diretor-Geral,
97 Serviço Social e Procuradoria; R\$ 90.000,00 para realização de concursos; R\$ 60.000,00 para
98 despesas com COMPREV; R\$ 1.036.787,00 para despesas com PASEP; R\$ 236.336,00 para
99 despesas com contratos de correios, serviço de limpeza, vigilância, tele-taxi entre outros e R\$
100 496.880,00 para despesas com reparos em imóvel. Junto a este ofício também consta o ofício de n.º
101 338/08, datado de 21.08.08 solicitando complementação de recursos no valor de R\$ 7.776,21 para

102 investimentos e que ainda não foi atendido, questionando, como ficaria a situação do PREVIMPA.
103 Acrescenta que o GPO foi sensível e exato, para o valor da rubrica referente à verba para
104 pagamento de sentenças judiciais, em compensação os R\$ 4.120.557,84 decorrentes da venda da
105 folha de pagamentos, destinados para aquisição da sede, não foram incluídos no orçamento.
106 Entende que diante desses fatos, a confiabilidade no governo fica prejudicada. Manifesta ainda que
107 as rubricas para treinamento de conselheiros está com valor zerado. A conselheira Liége explica que
108 os valores para treinamento já estão incluídos, conforme consta na rubrica 339039480100. O
109 conselheiro César esclarece que não houve retração, mas sim aumento do valor previsto para diárias
110 e treinamento. Acrescenta que a intenção da comissão foi demonstrar a possibilidade de fazer
111 remanejamentos no decorrer do período. A conselheira Maris manifesta que é diferente aprovar a
112 proposta orçamentária e aprovar o trabalho da comissão. Avalia que a comissão fez um bom
113 trabalho, mas gostaria de chamar atenção para os fatos que foram discutidos. Considera
114 fundamental que o valor para aquisição da sede fosse reconhecido em sua plenitude. Entende que se
115 o governo firmou o contrato para venda da folha à Caixa Econômica Federal, determinando o valor
116 para repasse ao PREVIMPA, no prazo de dez dias, e a assinatura do contrato pelo Secretário
117 Municipal da Fazenda não foi honrada, temos que duvidar se realmente haverá o repasse. Manifesta
118 que o conselheiro Marcos Saraçol fez uma comparação muito boa entre orçamento e previsão de
119 uma obra, mas entende a que proposta não deve ser aprovada. Entende que, mesmo referendando o
120 trabalho da comissão, os conselheiros, especialmente os eleitos, num ato político, não devem
121 aprovar a proposta orçamentária, a fim de não serem logrados como aconteceu com a L.C 505/04. O
122 secretário Gilmar referenda as colocações do conselheiro César e informa que em março deste ano,
123 quando aconteceu o seminário em Novo Hamburgo, já houve contingenciamento de inscrições
124 diante da previsão orçamentária. O limite do orçamento somente foi ultrapassado para a certificação
125 CPA 10, que é uma exigência legal para os integrantes do Comitê de Investimentos. Relata que
126 quando atuou na SMA, no período de 1994 a 2000, também vivenciou a angústia de que mesmo que
127 os valores sejam gravados no orçamento, não garante que os recursos serão disponibilizados, se não
128 houver vontade política. Em seguida pergunta se a rubrica para reformas da nova sede já foi
129 garantida na proposta orçamentária. A conselheira Liége esclarece que foi aberta a rubrica 449051
130 para despesa em obras e instalação. O presidente Sérgio Brum manifesta que o orçamento é uma
131 bela peça de ficção, a exemplo do valor de R\$ 300,00 previstos para reformas. Considera também
132 que o orçamento faz parte da dinâmica do atual governo, em que os entes do Município, com
133 orçamentos insuficientes, seguidamente têm de solicitar suplementação ao GPO. Com base nestes
134 fatos a proposta em análise traz valores reais e rubricas abertas, com valores simbólicos, para
135 futuras complementações, considerando que não pode ser feito muito mais do que foi apresentado.
136 Considera que devemos lutar para aquisição da sede e recomendar a modernização de alguns
137 serviços, como o de correios, visto que atualmente muitas informações podem ser disponibilizadas
138 via internet. Em seguida solicita esclarecimentos quanto à verba para utilização de veículos. O
139 Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti explica que havia resistência para o PREVIMPA adquirir
140 veículo, pois a utilização de vale-taxi era uma melhor alternativa. Com o passar do tempo foi
141 verificada a necessidade de viagens para estudo social, recadastramento e para serviços da EGAP -
142 Equipe de Gestão Administrativa e Pessoal e da Assessoria Jurídica; por isso foi solicitada locação
143 de dois veículos. Expõe que inicialmente resistiu para utilização dos veículos e que no decorrer do
144 período foi demonstrada a justificativa interna. Acrescenta que a dinâmica do orçamento sempre foi
145 da maneira exposta nesta sessão. Considera que o PREVIMPA tem uma relevância técnica e
146 arrecadação própria que justificaram o aporte de recursos decorrentes da venda da folha de
147 pagamentos, exemplificando que o mesmo não aconteceu com o DMAE. Manifesta convicção de
148 que os recursos para a aquisição do imóvel serão encaminhados ao PREVIMPA,
149 independentemente do gestor eleito. Explica que o orçamento é uma peça virtual que dependerá das
150 articulações técnicas e políticas dos gestores. Ratifica ter convicção que não haverá problemas para
151 o repasse da verba para aquisição da sede, seja qual for o gestor eleito, o PREVIMPA sofreu um
152 desgaste com a venda da folha de pagamentos para assumir o compromisso da aquisição da sede. A

153 conselheira Maria Luiza referenda a manifestação do conselheiro Marcos Saraçol, que de forma
154 didática explicou como funciona o orçamento. Lamenta que a conselheira Sueli não pôde estar
155 presente nesta sessão, em que foram esclarecidas as questões levantadas na reunião anterior. Expõe
156 que já foram abertas as “janelas” no orçamento viabilizando complementações futuras, que vão
157 depender da vontade dos gestores. Considera que foi feita uma análise eminentemente técnica sobre
158 a peça orçamentária, manifestando sua total indignação quanto ao orçamento ser usado como um
159 ato político, quando foi feito todo um estudo técnico para formalização da proposta orçamentária.
160 Sugere a aprovação do relatório que foi muito bem elaborado pela comissão. A conselheira Jusselia
161 manifesta que já atuou na área de orçamento e considera que o relatório está muito bem feito,
162 prevendo todas as rubricas possíveis. Referenda as manifestações dos conselheiros Marcos Saraçol
163 e Maria Luíza e sugere que a compra da sede seja concretizada ainda no exercício de 2008.
164 Acrescenta que já foi aberta a rubrica para despesas com adaptação à nova sede e, independente do
165 valor previsto, a concretização dependerá da vontade política de quem estiver dirigindo o GPO e o
166 Município como um todo. O conselheiro e Diretor Previdenciário Adeldo concorda parcialmente
167 com a conselheira Maria Luiza. Considera que a comissão fez uma análise técnica, contudo a
168 elaboração do orçamento também é um ato político; se alguém comparecer em sessão de aprovação
169 do orçamento na Câmara Municipal irá compreender. Considera que o PREVIMPA deveria propor
170 uma nova forma de trabalhar, com valores mais próximos à realidade e não somente abrir janelas no
171 orçamento. Entende que deve ser analisada uma nova lógica de atuação, discutindo a independência
172 do PREVIMPA enquanto Autarquia. Acrescenta que, quanto à locação de veículos, observa o
173 trabalho do Serviço Social do PREVIMPA, que requer a disponibilização de veículo para realização
174 dos estudos, visitas domiciliares, recadastramento, tendo que se deslocar para locais de difícil
175 acesso. Considera que a rubrica está plenamente justificada. O Diretor Administrativo-Financeiro
176 Alex da Trindade reitera que o valor total para aquisição da sede não foi contemplado na proposta
177 orçamentária. Informa que foi enviado ofício pelo PREVIMPA, indicando a conta para repasse da
178 verba destinada à aquisição da sede, e a Secretaria Municipal da Fazenda não atendeu; o repasse
179 não foi feito da forma prevista contratualmente, mesmo que boa parte dos Municípios tivessem
180 sido contrários à venda da folha de pagamentos. Manifesta que uma parte do orçamento, como
181 pagamento de benefícios, está prevista de forma clara, atendida na íntegra, contudo o que
182 discutimos em relação aos 2% da taxa de administração, recurso que temos por direito, conferido
183 em Lei, não aparecem disponíveis na proposta orçamentária. Relata que no ano passado
184 equipamentos não foram adquiridos, cursos de capacitação foram contingenciados por falta de
185 recursos. Manifesta que os conselheiros assumiram um compromisso com os municípios e se
186 sente indignado quando é questionado quanto à verba para aquisição da sede, não constar no
187 orçamento e o Conselho de Administração ter se submetido às imposições da Administração
188 Centralizada. Diante desses fatos, considera que o orçamento é político e não técnico. A conselheira
189 Marisa cumprimenta o grupo de trabalho pelo relatório muito bem elaborado. Relata que quando da
190 criação do PREVIMPA, inicialmente entendia que era uma autarquia independente, mas hoje
191 compreende que está em nível de Secretária, e o orçamento é parte integrante do orçamento que
192 atende às demandas de todo o Município. Relata que o DEMHAB, que também é uma Autarquia,
193 há dez anos batalhava para aquisição de sede própria e somente na atual gestão foi concretizada,
194 dessa forma as questões não dependem somente de orçamento, mas também de vontade política.
195 Quanto à locação de veículos, considera essencial para viabilizar perícias em locais que não é
196 possível o acesso via táxi ou locais fora do Município de Porto Alegre. Após as manifestações o
197 presidente Sérgio Brum encaminha a votação, de forma nominal, a pedido da conselheira Maris. Os
198 conselheiros Adeldo, Adriana, César, Cláudio Lago, Gilmar, Liége, Marcos Saraçol Pereira, Maria
199 Luíza, Sergio Brum, Zaira, Jusselia, Carlos Neis, Cleida, João Carlos Prates, Marisa, e Cláudio
200 Alano aprovaram o relatório. Os conselheiros Carlos Bernd, Maris, Omar e Antônio rejeitaram o
201 relatório. A conselheira Maris justifica que reprovou o relatório, pois não contempla o valor para
202 aquisição da sede e devido o Secretário Municipal da Fazenda não ter honrado o contrato que previa
203 o repasse ao PREVIMPA no prazo de dez dias. Face o adiantado da hora o presidente Sérgio Brum

